

Turismo de Sol e Praia e Segunda Residência: transformações territoriais na Ilha de Itaparica (BA)

Chelly Costa Souza¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar as transformações territoriais decorrentes, principalmente, da atividade turística na Baía de Todos os Santos, adotando como lócus de pesquisa os municípios de Vera Cruz e Itaparica, particularmente, a Ilha de Itaparica (BA). A importância da Ilha de Itaparica no âmbito metropolitano é plural e significativa, pois, compreende a formação histórica de Salvador, do Recôncavo e da Bahia. Durante a década de 1970 e 1980, a Ilha atraía uma demanda significativa de turistas, veranistas e visitantes seduzidos pelas belas praias, belezas naturais e o sossego do lugar. Porém, o número excessivo de pessoas somado a crescente instalação de equipamentos a fim de suprir essa demanda, fez com que a Ilha de Itaparica sofresse alterações (ir) reversíveis em seu território, já que havia de um lado, uma demanda crescente de pessoas e, do outro, a falta de investimentos do Poder Público no sentido de amenizar e/ou reverter essa situação. A Ilha, como destino turístico, experimentou uma considerável ascensão na década de 1980, proporcionada pelas interferências do Governo Federal na intenção de torná-la estância turística. Porém, a partir da década de 1990, a Ilha de Itaparica começou a se tornar um lugar desinteressante, concorrendo inclusive, com outro destino: O litoral Norte da Bahia. Diante desse contexto, adota-se a Ilha de Itaparica (BA) como objeto de análise, pois, considera que a atividade turística foi a principal responsável pelos impactos das mais diversas ordens, o que por si só, já justifica este estudo.

Palavras-chave: Ilha de Itaparica (BA). Turismo de Sol e Praia. Turismo de Segunda Residência. Transformações. Território.

Introdução

O presente artigo é parte do projeto de pesquisa em fase de desenvolvimento no âmbito do Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano pelo Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano - PPDRU, na Universidade Salvador (UNIFACS). Essa pesquisa *compreende reflexões e análises sobre as transformações produzidas no (território) da Baía de*

¹ Doutoranda em Desenvolvimento Regional e Urbano; Mestre em Análise Regional e Urbano e Bacharel em Turismo pela Universidade Salvador - UNIFACS. Docente do Instituto Federal da Bahia, IFBA, Campus Salvador - Curso Técnico em Hospedagem e Superior em Eventos e Coordenadora do Curso Superior em Tecnologia de Eventos. Membro dos Grupos de Pesquisa: Turismo, Viagens, Cultura e Lazer: Canais de Difusão do Conhecimento no IFBA e do GPTuris (Grupo de Pesquisa em Turismo e Meio Ambiente) do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU) da UNIFACS. E-mail: chellysouza@yahoo.com.br

Todos os Santos (Ilha de Itaparica) a partir da introdução da atividade turística (Turismo de Sol e Praia e a Segunda Residência).

A Baía de Todos os Santos² é uma reentrância da Costa Litorânea Brasileira. Considerada a 2ª maior Baía do mundo, só perdendo para o Golfo de Bengala e a maior do Brasil. A área a ser analisada (Ilha de Itaparica) faz parte dessa Baía e foi nomeada pelo Governo da Bahia como uma região turística.

Durante a década de 1970 e 1980, a Ilha ficou conhecida como um lugar paradisíaco, de belas praias, e repleto de belezas naturais. Por essa razão, atraía uma demanda significativa de turistas, veranistas e visitantes seduzidos por essas qualidades.

No caso da Ilha de Itaparica, a qualificação do turismo de sol e praia associado ao turismo de segunda residência será o fio norteador da presente investigação. A valorização das praias abre-nos a possibilidades para investigar sobre o processo de expansão de (políticas) de ordenamento territorial e turístico. Considera-se o fenômeno do turismo de Sol e Praia e o Turismo de Segunda Residência como elementos que territorializa e dinamiza os espaços, revelando-se, em certos casos, como desencontros entre as estratégias do planejamento turístico e as práticas socioespaciais cotidiana.

Este artigo caracteriza-se como um estudo de caso, pois visa um conhecimento mais aprofundado sobre o lugar. Nesse momento, este estudo apresenta resultados parciais, pois, encontra-se em fase inicial de pesquisa. Assim, os passos engendrados para a investigação do objeto de estudo procedeu-se através da análise de documentação direta e indireta, através do levantamento de dados e pesquisa bibliográfica.

A abordagem compreende três tópicos, além da introdução e das considerações parciais: **Objeto de estudo: A Ilha de Itaparica (BA)**, onde são apresentados a características (atividades econômicas, recursos naturais e culturais, entre outros) do lugar de pesquisa; **O turismo (Sol e Praia) e a Segunda Residência** - nesse tópico são descritos as particularidades do Turismo de Sol e Praia no mundo e sua interatividade no lócus dessa pesquisa; **O Turismo na Ilha de Itaparica (BA)**

² Nela estão localizadas cinquenta e seis ilhas, dentre as quais a maior e mais importante é a **Ilha de Itaparica**. Outras ilhas da baía são: Ilha dos Frades; Ilha de Maré, Ilha de Bom Jesus e a estação ecológica da Ilha do Medo.

e sua atual situação – nesse item o turismo recebe toda atenção. Aqui, a atividade é apresentada, descrita e analisada no lócus da pesquisa.

OBJETO DE ESTUDO: A ILHA DE ITAPARICA (BA)

A área de estudo compreende a área litorânea do Recôncavo Baiano, conhecida como 'Ilha de Itaparica (BA)'. Está localizada na Baía de Todos os Santos, em frente à cidade do Salvador. É a maior ilha das 56 que se encontram distribuída pela Baía, também denominada de Baía de Todos Santos. A Ilha de Itaparica apresenta uma área de 246 km², sua maior parte (211 km²) pertence ao município de Vera Cruz (cerca de 87%), enquanto que o município de Itaparica ocupa 13% restante, dividindo suas riquezas e tradições.

Segundo o IBGE (2013), na Ilha de Itaparica vivem cerca de 22.329 pessoas (município de Itaparica), enquanto que no município de Vera Cruz sua população está estimada em 41.524 pessoas.

Administrativamente a Ilha faz parte da Região Metropolitana de Salvador (RMS), região que abrange os seguintes municípios: Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Salvador, São Francisco do Conde, Simões Filho e Vera Cruz.

Os municípios de Itaparica e Vera Cruz são bem integrados à capital do Estado, principalmente pela sua posição geográfica estratégica como entroncamento logístico, ligando a cidade de Salvador a outros municípios como Valença, Jaguaripe, Nazaré e Santo Antonio de Jesus.

Este estudo dirige suas observações para os municípios de Itaparica e Vera Cruz. O presente estudo abrange as seguintes praias (lugares): Ponta de Areia; Amoreiras; Gameleira; Mar Grande; Penha; Barra do Gil; Barra do Pote, Conceição; Barra Grande; Tairu; Aratuba; Berlinque; Ponta da Ilha e Cacha Preggo.

A figura 01, p. 04 (Mapa da Baía de Todos os Santos) apresenta o recorte territorial da Ilha de Itaparica a ser analisado.



Figura 01 – Mapa da área de Estudo

Fonte: www.coapatur.com.br

A Ilha possui uma forma alongada e recorta-se através da rodovia ao longo de seu eixo longitudinal, a BA- 001. Segue para o sul, na linha Bom Despacho/Santo Antonio de Jesus /Nazaré interligando-a ao continente. Com aproximadamente 90 km de extensão há entroncamento para duas outras rodovias: a primeira, a BA-881 que interliga os municípios de Itaparica e Vera Cruz à BA-001, além de fazer a interligação entre os dois municípios; e a Segunda, a BA-882, que leva ao distrito de Cacha Pregos, localizado no extremo sul da Ilha.

Na amostra escolhida, sobressaem-se atividades socioeconômicas que vem contribuindo para as transformações (alterações) do território. Os mencionados municípios não possuem atividades econômicas significativas. Destacam-se: água mineral, a pesca, a agricultura (incipiente), o comércio (restrito ao atendimento das necessidades locais) e a atividade turística.

O Turismo ainda é a atividade que dá maior dinamização ao cenário econômico da região, mesmo na atualidade passando por um processo de declínio. Além disso, o Turismo na região tem maior dinamização no período do verão. No período do inverno, por exemplo, a comunidade é obrigada a buscar outras formas de sobrevivência.

A Ilha de Itaparica apresenta inúmeros recursos naturais, tais como: manguezais pouco explorados, localizados em sua contracosta. Na maior parte do seu território predomina a

vegetação tropical como os coqueirais. A temperatura média anual fica em torno de 24°C, com máxima de 31°C e o período chuvoso acontece nos meses de julho e agosto.

O TURISMO (SOL E PRAIA) E A SEGUNDA RESIDÊNCIA

Os estudos sobre o Turismo e suas possibilidades (suas consequências) são fundamentais para os dias atuais. O turismo é considerado um fenômeno das sociedades modernas, responsável pelo incremento da economia. Essa atividade e sua prática estão proporcionando, a cada dia, mais definição de espaços tanto naturais como sociais e culturais.

O turismo sempre esteve ligado à ideia de viagem, de deslocamento. Surgiu no século XVII, na Inglaterra, fazendo referência a um determinado tipo de viagem. A palavra *tour* quer dizer volta. Palavra de origem francesa e tem seu equivalente no inglês *tur* e no latim *tornare*.

O hábito de viajar remonta a um período mais antigo do que a própria expressão indica. Segundo Rodrigues (2001), a viagem cujo objetivo principal era o lazer já era conhecida na Antiguidade Clássica, quando representantes das classes urbanas mais privilegiadas do Império Romano possuíam duas residências, uma na cidade e outra no campo.

Boa parte do turismo, no século XIX, baseou-se no fenômeno natural do “mar” e suas supostas propriedades de propiciador de saúde. Clima, paisagem, sol e praia compõem o turismo litorâneo (da contemporaneidade) que, para muitos países é uma oportunidade de dinamização da economia. Particularmente, para os estados mediterrâneos como Portugal, Espanha, Itália França, Turquia, Grécia, Marrocos, Tunísia, Egito; do litoral caribenho – Cuba, Costa Rica, México, Panamá e a Austrália e os Estados Unidos (CORIOLANO, 2007).

Entretanto, de acordo com Moraes; Vilar (2010), esse modelo (sol e praia) predominante apenas nos estados mediterrâneos passa a ganhar notoriedade, e, posteriormente, torna-se produto turístico exportado para diversas partes do mundo.

Nos dias atuais, a praia tem sido um suporte básico da atividade turística, tornando-se, cada vez mais, foco de atenção de turistas. Segundo Moraes (2010), o turismo de sol e praia é um dos segmentos do turismo que mais cresce no mercado de viagens e lazer da atualidade e no Brasil, especialmente, essa modalidade também passa a ganhar destaque.

De acordo com o Ministério do Turismo (2010), o Brasil possui cerca de 8.500 km de linha de costa, formadas por centenas de praias, uma rica diversidade cultural e socioambiental. Praias que se diferenciam pelo cenário, pela geografia, cor da água, textura e coloração das areias, marés, estuários, ilhas, manguezais, restingas, dunas, falésias, costões rochosos, paredes coloridos e recifes de corais. Esses fatores acontecem em virtude das diferenças climáticas e geológicas. Sendo assim, tudo isso, já favorece e justifica a prática do Turismo de Sol e Praia e Segunda Residência.

Para Coriolano (2007, p. 28), o litoral é um dos principais ambientes destinados ao turismo em nível mundial. Na atualidade, as praias são os espaços de maior concentração turística, juntamente com as áreas de peregrinação típicas do turismo religioso. O turismo no litoral só aparece quando passa a existir uma valorização das pessoas pelo sol e pelo mar, em virtude do desenvolvimento da sociedade da produção de massa e da aceleração da mobilidade individual. Esse fenômeno ganha evidência e estabilização a partir da necessidade generalizada do lazer pela sociedade industrial moderna (PERON,1996).

Nesse cenário, a região nordestina se destaca, pois, apresenta atributos climáticos de sol e calor o ano todo³, ausência de catástrofes naturais, hospitalidade, infraestrutura em crescimento e expansão e, sobretudo, baixo custo comparado a outros destinos brasileiros (ASSIS, 2012).

Nessa pesquisa será empregada a definição estabelecida pelo Ministério do Turismo (2010, p. 14), no qual o define como “Turismo de Sol e Praia constitui-se das atividades turísticas relacionadas à recreação, entretenimento ou descanso em praias, em função da presença conjunta de água, sol e calor”.

No início da década de 1980, no Brasil, o Turismo de Sol e Praia passa a ser desenvolvido junto a margens de rios e entorno de lagos e de reservatórios interiores, sendo bastante comum o emprego do termo “orla” para esses ambientes. Assim, esses espaços tornam-se espaço de residências, de lazer, de consumo e de *status* social.

No atual cenário, a praia desponta como espaço de trabalho e de lazer, localizada entre a terra e o mar e como sugere Coriolano (1998), podendo ser considerado “espaço natural” e “espaço construído”. Também, a atividade passa a constituir uma das principais bases econômicas

³ Segundo o Ministério do Turismo (2010), as praias brasileiras se caracterizam pela existência da faixa de areia, mas se distinguem uma das outras pelo relevo, pelas ondas que chegam à costa e nuances de cor da areia.

nas áreas litorâneas – naturais e construídas. Isto é, seguindo a linha de pensamento de Coriolano (2007), os espaços foram ocupados por habitações, segundas residências, redes hoteleiras, pousadas, unidades residenciais, aglomerados urbanos e *resorts*.

Nessa conjuntura, à atividade turística passa a ser vista como alternativa econômica para estados das regiões mais pobres do país, articulando volumes de recursos captados junto ao Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e Banco Nacional do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (BNDES). Assim, estados nordestinos como a Bahia, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte, principalmente, litorâneos reestruturam, reordenam seu litoral, suas orlas marítimas na tentativa de produção de um espaço-produto compatível com o padrão imagético atrativo: o de paraíso tropical (COSTA, 2013). Tudo isso, em prol do desenvolvimento dessa atividade.

No entanto, por despertar grande interesse das pessoas, essa modalidade, muitas vezes, em decorrência do uso desordenado do solo, aliado a uma falta de fiscalização e programas de ordenamento do território, essa atividade poderá gerar diversas consequências negativas para o lugar, a exemplo de impactos ambientais severos e muitas vezes, irreversíveis. Principalmente, ocasionadas pela difusão das segundas residências.

A partir de 1904, as praias brasileiras foram tomadas por Residências Secundárias, com maior fluxo de pessoas nos finais de semanas e temporadas de calor. Entretanto, foi na década de 1950, sob a égide do ‘nacional-desenvolvimentismo’, que o modelo de hospedagem, chamado de Turismo Residencial, mais conhecido por Turismo de Segunda Residência e/ou Residências Secundárias teve sua consolidação (BECKER, 1995).

Apesar de sua história e intensa expansão em escala mundial, em sua essência, os estudos sobre as segundas residências ainda são recentes, exigindo, sobretudo, uma definição mais clara do termo, haja vista que o tema é muito abordado como domicílio de uso eventual, residência turística, segunda residência, casa de campo, de temporada, de praias de veraneio ou casa de lazer e/ou recreio, aponta Tulik (2000), pesquisadora que se dedicou ao estudo sobre as residências secundárias no Brasil, particularmente no Estado de São Paulo.

Na maioria dos estudos turísticos, a segunda residência é apresentada como um tema pontual, lembrado apenas, como uma modalidade de alojamento. A maior parte dos estudos sobre a temática concentra-se nos países europeus e América do Norte (ASSIS, 2001).

A segunda residência e/ou residências secundárias, denominado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) como “domicílio de uso ocasional” é o domicílio particular permanente que na data de referência servia ocasionalmente de moradia. São aqueles usados para descanso de fins de semana, férias ou outro fim, mesmo que, na data de referência, seus ocupantes ocasionais estivessem presentes.

No entanto, de acordo com Tulik (2000, p. 196) e para efeitos de compreensão nesse estudo, será utilizada a aceção adotada pela mencionada autora, que define como,

[...] são alojamentos turísticos particulares, utilizados temporariamente, nos momentos de lazer, por pessoas que têm seu domicílio permanente em outro lugar. Esse conceito está ligado ao imóvel, e não à condição de propriedade, ou seja, ao fato de ser próprio, alugado, arrendado ou emprestado. Residências secundárias significam uma relação permanente entre origem e destino, uma vez que se estabelece regularidade entre saídas, chegadas e retornos.

A localização das segundas residências, normalmente, é definida e/ou influenciada pelo tripé tempo-custo-distância. Isso posto, pode ser compreendido devido “[...] a disponibilidade de renda e de tempo livre influencia na escolha da localização da segunda residência, pois, quanto mais distante da residência permanente, maior é o tempo e o custo de acesso a este domicílio de uso ocasional” (ASSIS, 2003).

Diante do exposto e fazendo um paralelo com a Ilha de Itaparica, é perceptível essa realidade. Ou seja, a presença das segundas residências também é uma realidade em todo o território da Ilha de Itaparica. Já que durante muito tempo, esse espaço territorial foi considerado o destino escolhido por muitos baianos advindos da cidade de Salvador e do Recôncavo baiano. Tal preferência acontecia, principalmente, devido a alguns fatores: por ser uma área mais distante dos centros urbanos, sendo considerado um destino rústico e tradicional. Tendo em vista que o turista/visitante busca na viagem a mudança de ambiente, o rompimento com o cotidiano, a realização pessoal, a concretização de fantasia.

O TURISMO NA ILHA DE ITAPARICA (BA) E SUA ATUAL SITUAÇÃO

Ao descrever sobre a situação da Ilha de Itaparica, podemos mencionar que no passado, esse território foi considerado vila de pescadores e posteriormente local de veraneio. Durante a década de 1950 até meados da década de 1980, a Ilha de Itaparica recebia muitos visitantes atraídos pelo sol, belas praias e paisagens aliado a tranquilidade da região. Tais visitantes poderiam ser classificados como veranistas⁴, visitantes⁵ e turistas⁶.

É, a partir deste impulso inicial que a Ilha de Itaparica, de antiga vila de pescadores passa a integrar as novas rotas do sistema de transporte a vapor, que no século XIX começa a se estabelecer na Baía de Todos os Santos, conforme descreve Osório (1979, p. 310) “Em 14 de novembro de 1878 é concedida licença à Companhia Baiana de Navegação para colocar no Norte da Villa uma ponte destinada à atracação dos seus vapores (OSÓRIO, 1979, p. 310)”. “E em 02 de dezembro do mesmo ano, o serviço de navegação a vapor é inaugurado fazendo o transporte entre o porto da vila e o da capital”.

De acordo com o escritor, muitas construções do estilo moderno são levantadas lá, nessa época. Este ciclo que se consolida com a transformação da vila em estância, parece alcançar o seu auge na década de 1950.

A tendência de local de veraneio experimenta um novo impulso na década de 1970, quando a ilha se integra mais ainda com a cidade de Salvador. Isso acontece devido às facilidades de acesso proporcionadas pelo sistema viário *ferry boat*, com balsas atravessando a Baía de Todos Santos em média quinze vezes ao dia, integração esta reforçada por outra opção de deslocamento para a capital, que é travessia da baía através do porto de Mar Grande. Onde, aproximadamente em intervalos de 30 minutos, deslocam-se embarcações com capacidade para 220 passageiros. Nos dois casos, o acesso ao *ferry boat* no Terminal de Bom Despacho (Itaparica) e aos barcos em Mar Grande (Vera Cruz), os deslocamentos na ilha são feitos por peruas do tipo Kombi, atividade que ocupa parte significativa de sua população, principalmente no verão. Também, na década de 1970, a Ilha ganhou a Ponte do Funil – ligando o continente a ilha.

⁴ Veranistas são as pessoas que alugam ou são proprietárias de casas de Veraneio.

⁵ De acordo com Andrade (2002), Visitantes são pessoas que permanecem menos de 24 horas no lugar.

⁶ Segundo Andrade (2002), turista designa pessoa que viaja para recrear-se, sem finalidade de trabalho e permaneçam no receptivo, pelo menos 24 horas.

A intensa ocupação do espaço, a instalação de empreendimentos turísticos, no estilo *resort* (a exemplo do Club Med), o aumento dos meios de hospedagem e de outros equipamentos empresariais propiciaram a incorporação da Ilha de Itaparica ao processo dinâmico da economia regional e a continentalização da Ilha.

O terminal rodoviário localizado também no povoado do Bom Despacho, além do transporte tipo Kombi, serve também como estação de transbordo para aqueles que se deslocam para cidades do interior da Bahia, como Nazaré, Santo Antonio de Jesus, Jaguaripe, Valença, fazendo a conexão *ferry boat* e os ônibus que regularmente se dirigem a essas localidades. É importantes ressaltar que, apesar da desativação do antigo porto onde atracavam os vapores que chegavam da cidade de Salvador, a ilha dispõe (na cidade de Itaparica) dos serviços de uma marina que atende exclusivamente proprietários de embarcações e escunas alugadas para turistas, fazendo inclusive, o transporte dos hóspedes de um hotel de luxo (Club Med), localizado em Vera Cruz, para o porto de Salvador. A ligação rodoviária com a cidade de Salvador se faz percorrendo 292 km por estradas que contornam a baía.

No entanto, após esse período (a partir da década de 1990), a Baía de Todos os Santos, particularmente, a Ilha de Itaparica, começou a sentir os efeitos da concorrência de outros destinos, também com potenciais turísticos semelhantes, a exemplo do Litoral Norte da Bahia, que passou a atrair a atenção de visitantes e de investimentos advindos do poder público e privado.

Dáí em diante, os atrativos naturais e culturais tornaram-se ‘desinteressantes’ e a ilha passou a perder a visitaçã de (muitos) visitantes/ turistas e veranistas que aproveitavam a sua paisagem (sol e mar) durante os períodos de alta estaçã. A Ilha de Itaparica começou a se deparar com os efeitos (degradaçã) em seu território ocasionado pelos turistas de sol e praia, os turistas de segunda residênci associado a outros fatores ocasionados na Baía de Todos os Santos.

Diante disso, a feiçã urbana e a sua interface social passou a demonstrar sinais de saturaçã e insustentabilidade no padrã de ocupaçã e uso do solo.

Mesmo diante desse cenário de transformações, degradaçã e falta de investimentos em prol de sua revitalizaçã, a atividade turística ainda acontece na Ilha, mesmo de forma oscilante e, de certa maneira, pautada na não-sustentabilidade.

Na atualidade, a atividade turística e o veraneio presente nesse território, têm uma nova configuraçã: primeiro, a cidade de Itaparica, que no passado ficou conhecida como “Estânci

Hidromineral” – atraindo diversos turistas seduzidos pelas águas milagrosas dessa Estação de cura – no cenário atual, encontra-se apenas como destino suplementar, complementando roteiros de Salvador; e, em segundo, nos demais lugares (praias) da Ilha, o turismo tornou-se uma atividade sazonal, condicionada ao período de férias. Isso, também, devido às alternativas (concorrências) que surgiram com as praias e loteamentos do Litoral Norte (principalmente) e Sul da Bahia.

Outro ponto a destacar é sobre a desvalorização dos terrenos na Ilha de Itaparica como um todo. Nas décadas de 1970 e 1980, os terrenos foram alvo de especulação. Na atualidade, esse cenário foi transferido, principalmente, para a região do Litoral Norte da Bahia.

O público que visita a Ilha de Itaparica na atualidade, mudou, em sua maior parte, são visitantes e veranistas provenientes da região do Recôncavo baiano (em sua maioria pessoas de classe média baixa).

Sobre os soteropolitanos, estes migraram para a região do Litoral Norte da Bahia, principalmente, pela facilidade de deslocamento, uma vez que, o sistema Ferry Boat não atende com satisfação os usuários⁷. Em estudo realizado no ano de 2004, constatou-se um processo de falência e favelização na Ilha. (ITAPARICA, 2003-2005, p. 5.03-5.06).

Segundo Santos (2011)⁸ ao analisar as potencialidades econômicas da Ilha de Itaparica, o autor identificou que a falta de atividades econômicas possíveis para dar suporte ao crescimento demográfico e a ausência de investimentos públicos – foram suficientes para promover pontos críticos na região, a exemplo da degradação ambiental, do patrimônio histórico e cultural, elementos considerados imprescindíveis para o uso turístico.

De acordo com Soares (2003), há um entendimento no senso comum de que a Ilha se transformou em território das classes sociais mais baixas e de que o surgimento de outros destinos, com maior facilidade de deslocamento, maior número de serviços aliados aos fatores preço e qualidade, fez com que a Ilha ficasse esquecida pelos órgãos competentes de Turismo e pelo próprio turista durante o final do século XX.

O deslocamento é algo que deve merecer atenção. Partindo de Salvador, para se chegar a

⁷ De acordo com a Pesquisa Futura, realizada no ano de 2012 – 612 pessoas responderam o questionário sobre a utilização do Sistema Ferry Boat. Os soteropolitanos que usam a embarcação ligando Salvador à ilha de Itaparica avaliaram o sistema e, segundo eles, ainda precisa melhorar. 44,5% avaliaram como ruim ou péssimo. Os principais problemas apontados para essa avaliação foram: “muita fila de espera para os pedestres” e “para os carros” (que somados resultam 30%), “ter poucos barcos” (29,3%) e “lotação” (16,9%).

⁸Dissertação de Mestrado intitulada de ‘Heranças e Lembranças: educação, patrimônio cultural e desenvolvimento em Itaparica’ – 2011.

Ilha, há duas alternativas: primeiro, a melhor opção é através do sistema *Ferry Boat* que faz o percurso em aproximadamente 50 minutos e a outra opção é através da BR 324 e BR 101, fazendo um percurso de 292 Km².

A questão é que a melhor alternativa (via sistema *ferry boat*), há tempo vem passando por problemas, conforme descrito pela Pesquisa Futura (2012). Esse fato faz com que, as pessoas da capital baiana, passem a ir para o Litoral Norte da Bahia (que compreende a Estrada do Coco e a Linha Verde e tem uma extensão de 217 km de praias), já que a distância é menor (a partir do Aeroporto (Salvador) Luis Eduardo Magalhães, percorre-se cerca de 55 km para chegar em Praia do Forte), o acesso é fácil e a condição da estrada é excelente.

Na atualidade, a rodovia que liga a cidade de Lauro de Freitas⁹ até a Divisa dos Estados da Bahia e Sergipe é administrada pela Concessionária Litoral Norte – CLN.

Além disso, as praias do Litoral Norte da Bahia (também denominada de Costa dos Coqueiros pelo Governo do Estado) vêm recebendo investimentos massivos, tanto do poder público como privado, em sua infraestrutura, o que só faz crescer o interesse de visitantes, turistas e veranistas.

Outro ponto importante que também merece ressalva é a questão política que envolve a Ilha de Itaparica. A supracitada região compreende dois municípios distintos: Itaparica e Vera Cruz, porém, tratados como um único destino. Esse fato torna complexo e difícil à relação.

Embora a Ilha, quando é assim denominada, seja apresentada como um único produto turístico, e seus dois municípios tenham atravessado fases semelhantes, as ações do poder público local e estadual são diferentes, o que acaba promovendo, dinâmicas muitas vezes opostas entre si.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Como já mencionado, o presente estudo encontra-se em processo de investigação, o que não é possível nesse momento apresentar uma conclusão definitiva sobre os fatos. Porém, a partir das informações coletadas alguns pontos já podem ser contemplados.

⁹ Lauro de Freitas é o município da Região Metropolitana de Salvador, no Litoral Norte, faz divisa com a capital baiana (Salvador).

O segmento sol e praia são apontados como um dos principais vetores econômicos da Região Nordeste implicando assim na adoção de políticas econômicas que culminaram no fortalecimento da lógica de organização e ocupação do espaço costeiro. Nesta pequena porção costeira, há uma concentração de recursos públicos, investimentos privados e fluxos turísticos principalmente nos Estados da Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará.

A promoção de uma fragmentação da região do “Nordeste turístico” está associada às imagens representativas da maritimidade nas capitais e metrópoles litorâneas nordestinas (DANTAS, 2006; LIMA, 2013).

A evolução das formas de uso e das funções da praia como recurso turístico modificou-se com o passar dos tempos. A praia continua sendo o suporte básico das atividades turísticas, convertendo-se cada vez mais em um foco de atração de turistas. Encontra-se em muitos países desenvolvidos administrações turísticas que buscam através do ordenamento territorial a sustentabilidade turística das praias, oferecendo aos turistas requisitos básicos como qualidade da água, qualidade da gestão e manutenção regular da praia (RUBIO LÓPEZ, 2003).

Acrescentar que duas questões interferem diretamente na dinâmica da atividade turística na Ilha. A primeira questão é o acesso e o sistema de transportes; a segunda são as interferências de políticas e do poder público.

Referente ao sistema de transporte, de acordo com Soares (2003), o sistema de transporte *Ferry Boat* não é único responsável pela decadência do turismo na Ilha, é apenas a ponta do *iceberg*. O crescimento quantitativo da oferta de serviços turísticos foi interrompido pela implantação do sistema *Ferry Boat* a qual também promoveu a ruptura qualitativa na oferta turística e no próprio destino, naquele momento, para os dois municípios. Fatores internos à estrutura social e econômica da área como no caso de Vera Cruz, influenciam também na atratividade do destino. Sendo assim, a culpa desse processo aliado ao declínio do destino e do esquecimento não está fora dele e sim nele.

Sobre o segundo componente de análise, o outro problema reside na descontinuidade e/ou falta de políticas públicas voltadas para o turismo como ações prioritárias, provocando assim, o maior desinteresse das pessoas em visitar e, em certa medida na degradação dos equipamentos já existentes e no meio ambiente.

As análises empreendidas reforçam sobre a importância econômica que a atividade

turística pode gerar para uma comunidade. Entretanto, da mesma forma que essa atividade proporciona efeitos positivos, quando não há uma atenção devida, principalmente dos órgãos públicos, no sentido de criar políticas e um direcionamento do turismo de maneira sustentável, o resultado é exatamente o que foi descrito com a região da Baía de Todos os Santos (lócus – Ilha de Itaparica). Ou seja, a Ilha de Itaparica experimentou período de ascensão e decadência, e agora, experimenta uma ‘promessa’ de reordenamento dessa mesma atividade.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Lenilton Francisco de. **Entre o turismo e o imobiliário. Velhos e novos usos das segundas residências sob o enfoque da multiterritorialidade – Camocim/CE**. 2012. Tese (Doutorado em geografia Humana) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade São Paulo. São Paulo, 2012.

_____. **Turismo de segunda residência: a expressão espacial do fenômeno e as possibilidades de análise geográfica** Revista Território - Rio de Janeiro - Ano VII -no 11, 12 e 13 - set./out. 2003.

_____. **A difusão do Turismo de Segunda Residência nas paisagens insulares: um estudo sobre o litoral sul da Ilha de Itamaracá – PE**. 2001. 183 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2001.

BRASIL. IBGE. <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=293320&search=bahia|vera-cruz>. Acesso em 13 de junho de 2014.

BRASIL. **Dados do Turismo Brasileiro**. Ministério do Turismo. 2010.

BECKER, Bertha. **Levantamento e avaliação da política federal de turismo e seu impacto na região costeira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, 1995.

CORIOLOANO, Luzia Neide; VASCONCELOS, Fábio Perdigão. **O Turismo e a relação sociedade-natureza: realidades, conflitos e resistências**. Fortaleza: EDUECE, 2007.

CORIOLOANO, Luzia Neide. Turismo e Meio Ambiente: interfaces e perspectivas: In: CORIOLOANO, Luzia Neide; VASCONCELOS, Fábio Perdigão. **O Turismo e a relação sociedade-natureza: realidades, conflitos e resistências**. Fortaleza: EDUECE, 2007. 19 – 43.

CORIOLOANO, L.N. M. T. **Do local ao global: O Turismo Litorâneo Cearense**. Campinas, SP: Papirus, 1998.

COSTA, Carlos Rerisson Rocha. **A expansão do turismo no litoral brasileiro: considerações a partir da valorização do espaço litorâneo no estado do Maranhão**. XIV Encuentro de Geografo de América Latina. Reencuentro de saberes territoriales latinoamericanos. 2013.

DANTAS, E. W. C. Cidades litorâneas marítimas tropicais: construção da segunda metade do século XX, fato no século XXI. In: SILVA, J. B. da; LIMA, L. C.; DANTAS, E. W.C (Org). **Panorama da Geografia Brasileira II**. São Paulo: Annablume, p. 79 – 89, 2006.

ITAPARICA (BA). Prefeitura Municipal. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Itaparica**. Salvador: CAR, 2003 - 2005. 6 v.

LIMA, L. B. B. **Qualidade dos equipamentos e serviços turísticos do Litoral Sul de Sergipe**: perspectiva de integração dos roteiros sergipanos e baianos. Anais do II Seminário Nacional de Espaços Costeiros, Salvador, 2013.

MORAES, L. B. B. **Turismo de Sol e Praia e ordenamento territorial no litoral sergipano**. In: Território, meio ambiente e turismo no litoral sergipano/ José Wellington Carvalho Vilar. São Cristovão: Ed. UFS, 2010. P. 291- 314.

MORAES, Letícia Bianca Barros; VILAR, José Wellington Carvalho. Turismo de Sol e Praia e ordenamento territorial no litoral sergipano. In: VILAR, José Wellington Carvalho. ARAÚJO, Hélio Mario (Org). **Território, meio ambiente e turismo no litoral sergipano**. São Cristovão: UFS, 2010. 291-314.

OSÓRIO, Ubaldo. **A ilha de Itaparica: história e tradição**. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1979. 564 p.

RODRIGUES, Adyr B. **Turismo e Espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar**. São Paulo: Hucitec, 2001.

_____. Um Programa de Geografia do Turismo em nível de Pós-graduação. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e Espaço**: rumo a um conhecimento transdisciplinar. São Paulo: Hucitec, 2001. 78-104.

RUBIO LÓPEZ, D. **Gestión Integral de playas**. Madrid: Síntesis, 2003.

SANTOS, Dario Tavares. **Heranças e Lembranças**: educação, patrimônio cultural e desenvolvimento em Itaparica. (Dissertação). 210 f. 2011. Universidade do Estado da Bahia. Mestrado em Educação e Contemporaneidade. 2011.

SOARES, Claudia Mesquita. **Dinâmica do Turismo na Baía de Todos os Santos**: o caso da Ilha de Itaparica. (Dissertação). 2003. Universidade Salvador. Mestrado em Análise Regional e Urbano. 2003.

TULIK, Olga. **Turismo e Meios de Hospedagem: casas de temporada**. São Paulo: Roca, 2000.